



NÃO PINTCHA

ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASEL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFOS: 3713/3726/3728

BISSAU

Terminou no sábado a reunião da ANP Temos que fazer as leis de acordo com as necessidades do nosso desenvolvimento

«Estamos hoje a construir uma Nação nova, pedra por pedra, e esta nação que queremos construir só a podemos fazer com o trabalho, a disciplina e a dedicação de todos os seus filhos. Nós herdamos uma série de leis do Estado colonial que governava a nossa terra. Quando entrámos em Bissau, declaramos abertamente que íamos continuar as leis do Estado colonial desde que não estivessem contra os interesses da nossa terra e contra os interesses da soberania do nosso povo. Isso demonstra que, para governarmos um país, precisamos de um ponto de referência que mostra o caminho que devemos seguir para que os esforços de todos os cidadãos sejam coordenados num só sentido. Aqui, pouco a pouco, através da nossa Assembleia Nacional Popular, estamos a fazer leis a todos os níveis, de acordo com as necessidades do nosso desenvolvimento e tendo também em conta as experiências que adquirimos em cada dia que passa». Estas foram as primeiras palavras que o camarada Francisco Mendes, membro da Comissão Permanente do CEL do Partido e Comissário Principal do Conselho de Comissários de Estado dirigiu aos deputados, durante a sessão de encerramento da Assembleia Nacional Popular.

A primeira sessão ordinária da Segunda Legislativa da Assembleia Nacional Popular, que terminou no sábado passado, teve a presença do camarada Presi-

dente Luiz Cabral, vários membros do Governo e do Partido, uma delegação da Assembleia Nacional Popular da República irmã de Cabo Verde, deputados à

ANP e o corpo diplomático acreditado em Bissau, além de numeroso público convidado.

Recorde-se que os trabalhos da Assembleia Nacional Popular se haviam iniciado no passado dia 9 deste mês, no salão do III Congresso, em Bissau. Na sessão solene de abertura, após um discurso de boas vindas pronunciado pela camarada Carmem Pereira, presidente em exercício da ANP, o camarada Luiz Cabral, Presidente do Conselho de Estado, apresentou um longo e importante relatório, onde falou da vida da nossa Nação desde a última reunião da ANP, que teve lugar o ano passado.

Nas sessões de trabalho que se seguiram, os membros do Conselho de Comissários de Estado apresentaram aos deputados os problemas dos seus Comissariados e empresas estatais. Houve várias intervenções dos deputados que apresentaram críticas e sugestões sobre todos os pontos abordados e fizeram perguntas aos oradores. Ainda antes da sessão de encerramento, foram apresentados, discutidos e aprovados, por unanimidade, o

Orçamento Geral do Estado para o ano de 1978, diversas leis propostas pelo Conselho de Comissários de Estado e outras apresentadas pelos deputados à Assembleia Nacional Popular.

Entretanto, na manhã de sábado, foi apresentada a proposta de lei sobre o combate às queimadas que os deputados aprovaram, por maioria, tendo havido duas abstenções.

APRESENTADO O RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DO GOVERNO

Na sessão solene de encerramento, começou por usar da palavra o camarada Comissário Principal, Francisco Mendes, que fez um relatório sobre todas as actividades do nosso Governo, tanto em Bissau como nas regiões do país. Apresentou vários programas para a nova etapa de luta em que estamos empenhados; pela consolidação da nossa independência, fez críticas aos outros departamentos e empresas estatais que, segundo ele, ainda

(Continua na página 8)

Inácio Semedo Concluídos os estudos do aeroporto de Bissalanca

«Esta minha deslocação insere-se na assinatura de acordos inerentes ao alargamento do aeroporto de Bissau, cujos estudos já estão terminados e ainda à construção da nova ponte cais da capital. É assim que visitarei o Kuwait e a Itália». O camarada Inácio Semedo, director geral da Cooperação Internacional, que deixou sábado o nosso país com destino ao Kuwait, desloca-se àquele país a convite do Fundo koweitiano de desenvolvimento.

«Sobre o alargamento do aeroporto,

o seu estudo já está concluído, pelo que vamos passar agora à segunda fase: a construção. Daí que deverei assinar, no Kuwait, um acordo de empréstimo no valor de 6 milhões e 800 mil dólares americanos, ou seja 50 por cento, com os quais o Fundo koweitiano está disposto a participar», diria o camarada Inácio Semedo, acrescentando: «o nosso Governo propôs já a Tecnical como empreiteiro-construtor no alargamento do aeroporto».

Ainda no Médio

(Continua na página 8)

Zaire

Retirada das tropas belgas

★ Morto o Secretário-Geral do M. A. R. C.

BRUXELAS — Os pára-quedistas belgas que participaram, ao lado das tropas governamentais zairotas, no conflito de Shaba, começaram já a evacuar para a base militar de Kamina. Na Bélgica, enquanto o primeiro ministro, Leo Tindemans, telefonou ontem ao presidente Valéry Giscard d'Estaing para lhe agrade-

cer a acção da França em favor da segurança de refugiados belgas residentes em Kolwizi», anunciava-se em Bruxelas a morte, em consequência de um ferimento «acidental», do secretário geral do Movimento de Acção para a Ressurreição do Congo», Kanyonga Mobateli.

As duas primeiras notí-

Vasco Cabral em Lisboa "Não renunciaremos aos nossos princípios na Cimeira Franco-Africana"

«Cada povo é livre, e como tal qualquer atitude que resolva tomar é de sua inteira responsabilidade»,

declarou ao jornal português «Diário de Notícias», a propósito da rebelião no Shaba, o camarada Vasco Cabral, Comissário de Estado do Desenvolvimento Económico e Planificação, que escalou Lisboa, de passagem para Paris, onde vai assistir à Cimeira Franco-Africana.

Durante a sua estadia de dois dias na capital portuguesa, Vasco Cabral contac-

tou entidades do Sector económico, nomeadamente Vitor Constâncio.

Recorde-se que a Guiné-Bissau participou na Cimeira Franco-Africana como observador, tal como já participara nas duas anteriores.

Segundo o «Diário de Lisboa», posto perante a hipótese de o Governo francês tentar aproveitar e esta reunião para legitimar a sua intervenção no Sahara Ocidental e provavelmente no Zaire, o camarada Vasco

(Continuação na pág. 8)

PARIS — Os chefes de Estado e de governo africanos e francês reuniram-se em Paris ontem para mais uma conferência franco-africana de dois dias. Da agenda de trabalhos fazem parte questões políticas e económicas inerentes ao continente africano.

Treze chefes de Estado africanos e o presidente Valéry Giscard d'Estaing, bem como dois primeiros ministros, participam nesta conferência. Os outros países estão representados pelos ministros dos Negócios Estrangeiros.

Entretanto, o presidente francês anunciou ontem aos seus homólogos senegalês, mauritaniano e malião, que a França decidiu aumentar a sua ajuda aos países do Sahel.

Esta contribuição atingirá os 100 milhões em 1979. (FP)

cias surgem após o anúncio da retomada de Kolwezi, pelas forças conjuntas francesas, belgas e zairotas.

A duração da missão das tropas belgas fora fixada para 72 horas e será necessária uma decisão governamental para prolongar a missão. Entretanto, o ministro francês de Defesa

anunciava no sábado que a missão de restabelecer a segurança em Kolwezi, confiada ao segundo regimento estrangeiro de pára-quedistas franceses, pode ser considerada cumprida. Por seu lado, os aparelhos da «Royal Air Force» que deixaram a Grã-Bretanha na sexta-feira com destino a

(Continua na página 8)

Acalmar nervos àqueles movidos pelo espírito clubista

Do nosso leitor **António Marcelino de Andrade**, recebemos uma carta cujo conteúdo passamos a transcrever na íntegra:

O Benfica tem apenas dois contratos renováveis todos os anos. São eles: o arrendamento dos anexos do seu prédio — Sede — destinados a comércio e a aquisição de atletas que constituem a sua equipa de honra de futebol, através de conversações amenas mas sinceras.

Entretanto, o Benfica lamenta não ter tido cumprido com regularidade com é do seu desejo, a atribuição dos pequenos subsídios-ofertas aos seus jovens e briosos atletas, por mera falta de receita própria. Pois vive exclusivamente de receitas dos jogos de campeonatos, quotas dos seus fieis sócios que são realmente benfiquistas, e pequenos fundos permanentes, livremente oferecidos pelos seus mais ferrenhos sócios que repetimos, são benfiquistas.

Um cidadão que queira ser benfiquista, é preciso que nasça realmente para o ser, porque é exemplar esta herança dos nossos avós. Mais claramente, os sócios, simpatizantes e dirigentes do Benfica, apenas amam o desporto e o seu clube.

Esforçam-se por todos os meios, para dar o amor, o carinho, encorajar, disciplinar e preparar os seus jovens atletas, para cumprirem o início do apito dos árbitros, obedecendo-lhes sempre que repitam, e ainda para jogarem a bola sem tocar o corpo do adversário, a fim de procurarem desportivamente vitórias que lhes permitam alcançar sempre o título máximo e representarem condignamente o nosso país no estrangeiro.

Peço desculpas a todos os sócios, simpatizantes e dirigentes e briosos atletas de todos os clubes nossos congéneres que labutam pelos seus clubes, como nós benfiquistas.

Deste benfiquista e membro da Direcção de Benfica de Bissau.

ANTÓNIO MARCELINO DE ANDRADE

Rui Barreto em Cabo Verde Primeira Assembleia Geral da NAGUICAVE

A NAGUICAVE (Companhia mista de transportes da Guiné e Cabo Verde), vai reunir pela primeira vez a sua Assembleia Geral. Nesse âmbito, encontra-se desde sábado em Cabo Verde, o camarada Rui Barreto, Comissário de Estado dos Transportes e Comunicações que, na qualidade de presidente daquela assembleia, discutirá com os responsáveis dessa companhia no país irmão, as modali-

dades da próxima reunião.

Por outro lado, o camarada Rui Barreto deverá deslocar-se ainda a Genebra (Suíça), onde participará numa reunião ministerial entre países em vias de desenvolvimento, países industrializados e organizações internacionais, que estudará o apoio que estes últimos poderão dar aos primeiros e procurará ainda encontrar os meios de re-

solver certos problemas que se põe no domínio da Aero-náutica Civil.

Esta reunião, que terá lugar de 31 de Maio a 2 de Junho, e é uma iniciativa da ICAO (Organização Internacional da Aeronáutica Civil) — da qual somos membros desde Janeiro último — contará ainda com a presença de delegados de Cabo Verde, Angola e Moçambique.

S. Domingos

Construção de nova sede de Comité de sector

Teve lugar em S. Domingos, no passado dia 20 do corrente, uma campanha de trabalho voluntário de reparação de uma velha casa para uma nova sede do Comité de Estado.

Os trabalhos decorreram sob a orientação do presidente do comité de Estado do sector de S. Domingos, camarada Maurício Santy, e tiveram a colaboração de todos os responsáveis do Partido e Estado a nível do sector e da juventude local. (ANG)

Reunião em Mansoa

Debate sobre problemas relacionados com o pagamento do imposto de reconstrução nacional e da mobilização da juventude na campanha de lavoura, foram os temas de uma reunião dos responsáveis do Partido e Estado do sector de Mansoa, realizada no passado dia 19 do corrente. (ANG)

Pescas

Seis estágios de pilotagem de navios

Um segundo grupo de seis marinheiros da Secretaria de Estado das Pescas, partiu no sábado para França, onde deverão frequentar estágios de pilotagem nos estaleiros navais de Guycouache.

Este grupo de seis

jovens irá juntar-se em França a um outro de sete, que já ali se encontram há cerca de um mês e que são dirigidos pelo capitão Manuel dos Santos.

Em Junho, altura do regresso, estes novos pilotos virão num

Exportação de cerveja nacional

O camarada João Cardoso, director geral da CICER, regressou no sábado de Portugal, onde teve oportunidade de discutir com as Associações portuguesas desta empresa — Central CER e UNICER (empresas de produção de cervejas) — problemas inerentes à CICER, nomeadamente o início da exportação da nossa cerveja, (tendo já sido aprovadas as novas ilustrações para as latas a serem vendidas no estrangeiro). «Assentamos ideias sobre formalização do apoio que a delegação administrativa de Lisboa nos deve dar em termos eficazes, nesta nova fase de relançamento».

João Cardoso deslocou-se ainda ao Funchal (Madeira), onde participou num encontro de técnicos de produção da cerveja (uma iniciativa do sector cervejeiro português).

barco de patrulha adquirido pela SEP, no quadro da defesa dos nossos recursos marítimos, que têm sofrido espoliação por parte de navios estrangeiros, que pescam ilegalmente nas nossas águas territoriais.

Responde o povo

Quais as medidas a tomar contra os sabotadores da nossa economia?

Os actos de sabotagem que ultimamente se têm verificado não são desconhecidos de ninguém. Os inúmeros que eles representaram por terem originado que muitas lojas a que habitualmente recorremos estivessem fechadas, conhecemo-lo bem. Conhecemos também a fundo as suas consequências sobre a vida de todos nós, pois já é tempo de nos compenetrarmos de que tudo o que lese a economia nacional nos prejudica, pois é o dinheiro de todos nós que está em jogo.

Quais as medidas a tomar contra os sabotadores da nossa economia? Respondem quatro pessoas que abordámos, ao acaso, na rua.

Injai — Eu penso que o nosso Partido deve tomar medidas duras contra os sabotadores da nossa economia. Os acontecimentos que ultimamente têm ocorrido no nosso país, não deixam de ser de maneira nenhuma sabotagens.

Isso vem prejudicar-nos, porque o nosso país é

pobre e estamos a atravessar uma crise em diversos aspectos, devido à nossa recente independência.

Na situação em nos encontramos, não devemos admitir que esses indivíduos intrometam nas nossas fileiras. Devemos eliminá-los logo de início, para não dar aso a futuros casos

idênticos. Se isso não acontecer, seremos sempre prejudicados e nunca seremos um país desenvolvido como os demais.

Há uma coisa que também se deve levar em conta. O nosso povo tem muita falta de esclarecimento. Ainda não sabem o que é o Estado. Pensam que o Estado é o Camarada Presidente ou o Primeiro Ministro. Não sabem que o Estado somos nós todos.

Existem pessoas que dizem: «Eu quero lá saber disto, é do Estado». Estas pessoas não sabem que nós todos fazemos parte do Estado e que, indirectamente, a todos estão a prejudicar.

António Pedro, 18 anos. — Esses sabotadores de-

vem ser punidos sem piedade.

Porque são pessoas que estão a dar cabo da nossa economia para interesses pessoais. Não se importam da sociedade em que se encontram, dos prejuízos que podem causar. São egoístas que não têm consciência da nossa situação política e não velam pelo desenvolvimento da nossa terra. Acho que o nosso Estado, saberá escolher devidamente as medidas adequadas.

José Lopes, estudante trabalhador. — Quanto à minha maneira de ver, para essas atitudes que o Es-

tado considera de sabotagens, deviam-se tomar medidas para condenar esses sabotadores, consoante a opinião da maioria do nosso povo. Na medida em que a política do nosso Partido é favorável ao nosso povo, todas as medidas deviam ser tomadas consoante os seus interesses.

Pois se o comércio está a sofrer ilegalidades, é porque não estão a corresponder aos interesses do povo. Porque se a nossa economia está a ser sabotada, o nosso povo não poderá ter condições para avançar.

Aproveito esta oportunidade para fazer aqui um apelo à direcção da polícia,

para que não deixe passar factos idênticos, para que futuramente não se repitam.

Nuno Malam Mané — Estas pessoas que estão a fazer contrabando, devem ser castigadas duramente, e tirem-lhe os objectos que possuem.

Porque o que estão a fazer é pura sabotagem e a nossa jovem terra precisa de quem a construa. Mas, se uns constroem, de um lado, e outros por outro lado estragam tudo, nada feito. Era só essa minha opinião. De os castigar sem dó.

Conferência de Ministros de Transportes

★ Comissão conjunta vai continuar os trabalhos

VOZ DI POVO/NÓ PINTCHA

«Estamos aqui para estreitar os laços de cooperação entre os nossos países e tudo faremos para que essa cooperação seja desenvolvida, pois há necessidade e boas perspectivas de um desenvolvimento harmonioso», afirmou o ministro dos Transportes de Angola, Faustino Muteka, à sua chegada a S. Vicente, para participar na Conferência de Ministros de Transportes dos

países africanos de expressão portuguesa. A conferência decorreu na cidade de Mindelo, S. Vicente, de 30 de Abril a 4 do corrente, com a presença de ministros de Transportes de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e do representante do ministro de Equipamento Social e Ambiente de S. Tomé e Príncipe.

Para além da assinatura de um código de conduta,

foram ractificados vários acordos bilaterais nos domínios dos transportes aéreos e preconizado o estudo de uma tabela de fretes, a necessidade de trocas de documentação, participação em seminários nacionais, criação de escolas marítimas, troca de experiências no respeitante ao direito do mar e tarifas portuárias, intercâmbio de profissionais, concessão de bolsas de estudo, troca de materiais de projectos, entre outros.

Durante a conferência, constatou-se uma grande identidade de pontos de vista, entre as delegações acordaram que numa tomada de posição conjunta nas conferências marítimas, o que terá grande importância na defesa do comércio externo de cada uma das partes. Saliente-se ainda a decisão de reconhecer as cartas de condução emitidas num dos países como válidas noutro país participante na Conferência e também a de constituir uma comissão conjunta para continuar os trabalhos agora iniciados pela conferência. Os trabalhos que decorreram em várias sessões, foram precedidos por uma reunião das delegações técnicas, que elaboraram um documento final que submeteram à apreciação dos conferencistas.

Segundo informou o ministro moçambicano, porta-voz da Conferência, que considerou à sua chegada que «temos que conhecer e trocar experiências, pois há que caminhar em conjunto nesta caminhada para o progresso», os participantes apoiaram a posição da República de Cabo Verde

quanto ao restabelecimento da FIR oceânica do Sal, que consideraram legítima.

COMUNICADO CONJUNTO

De acordo com o conteúdo de um comunicado conjunto tornado público no termo da conferência, os ministros analisaram profundamente o relatório apresentado pelas delegações técnicas, bem como as recomendações contidas no mesmo, tendo-as aprovado com as emendas julgadas necessárias. A reunião, prossegue o comunicado conjunto, realça a preocupação de todas as delegações em obter um conhecimento aprofundado das situações que prevalecem em cada um dos países participantes e encontrar soluções comuns para os problemas que se defrontam, não obstante as particularidades geo-económicas de cada um.

A Conferência considera ainda os debates um importante contributo para o enriquecimento do património tecnológico e científico dos países participantes, e recomendando por isso o prosseguimento dos contactos bilaterais e em conjunto, quer a nível dos sectores específicos, quer a nível de Ministérios de Transportes e Comunicações.

Referindo-se à importância do acontecimento, o ministro dos Transportes caboverdeano, Herculano Vieira considerou que os problemas deverão ser resolvidos de acordo com as potencialidades e com os interesses respectivos de cada um dos países».



AMILCAR CABRAL

A cultura nacional

A apreciação correcta do papel da cultura no movimento de libertação exige que sejam considerados globalmente e nas suas relações internas os factores que a definem; que seja recusada a aceitação cega dos valores culturais sem ter em consideração o que podem ter de negativo, reaccionário ou regressivo; que se evite qualquer confusão entre o que é expressão, de uma realidade histórica e material e o que parece ser uma criação de espírito, separada dessa realidade, ou o resultado de uma natureza específica; que não seja estabelecida uma conexão absurda entre as criações artísticas, válidas ou não, e pretensas características psíquicas e somáticas de uma «raça»; finalmente, que se evite qualquer apreciação crítica, não científica, ou acientífica do fenómeno cultural.

Estas condições são tanto mais necessárias para que a cultura desempenhe convencionalmente o papel que lhe compete no movimento de libertação, quanto forem claros os objectivos definidos por este na via da conquista do direito do povo, que representa e dirige, a ter a sua própria história e a dispôr livremente das suas forças produtivas, tendo em vista o ulterior desenvolvimento de uma cultura mais rica, popular, nacional, científica e universal.

A luta de libertação, que é a mais complexa expressão do vigor cultural do povo, da sua identidade, e da sua dignidade enriquece a cultura e abre-lhe novas perspectivas de desenvolvimento. As manifestações culturais adquirem um novo conteúdo e novas formas de expressão tornando-se assim um poderoso instrumento de informação e formação política, não apenas na luta pela independência como também na primordial batalha do progresso.

I. Mensagem aos funcionários públicos e empregados comerciais guineenses e caboverdeanos.

IRMAOS!

Não há nem pode haver força no mundo capaz de evitar a liquidação total do colonialismo português nas nossas terras africanas. Assim como tem acontecido em quase todos os países de África, os povos da Guiné e Cabo Verde vão acabar com a odiosa dominação colonial. Vamos correr com os coloniais. Os portugueses das nossas terras. Os nossos povos estão a lutar e lutarão por todos os meios, para serem livres, para poderem construir, na paz, uma vida de progresso e de felicidade para todos os seus filhos.

Evidentemente, a posição que os nossos povos, depois de se libertarem do bárbaro domínio colonial português, terão de adoptar em relação a cada um dos seus filhos, depende da posição que cada um destes tiver adoptado em relação à nossa luta de libertação nacional. O sofrimento a que há séculos os nossos povos têm estado sujeitos, os sacrifícios que eles fazem e vão fazer para se libertarem, o sagrado objectivo da nossa luta — tudo isso exige a aplicação de uma justiça rigorosa no julgamento da acção de cada guineense e caboverdeano em relação aos interesses dos nossos povos. Por força das circunstâncias em que se encontram os nossos países, vocês são, como funcionários públicos ou empregados comerciais, servidores do colonialismo português.

Novo Conselho Deliberativo da Praia

O secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho, José Luís Fernandes, empossou os membros do novo Conselho Deliberativo da Cidade da Praia, numa cerimónia realizada no Secretariado Administrativo local. Usanda da palavra durante o acto, a que assistiram responsáveis do Partido e da Função Pública, de sindicatos e da Central de Cooperativas, e secretário de Estado da Administração Interna frisou a importância do Conselho Deliberativo na Administração Interna e na avaliação dos problemas que se põem ao Conselho da Praia.

Na sua alocução, referir-se-ia ainda à situação do país, causada pela seca prolongada, chamando a atenção para o aumento de responsabilidade que isso implica a todo o cidadão caboverdeano, e apelando aos empossados para que cumpram as suas tarefas. Em nome destes, um membro do Conselho, Nelson Atanásio Ferreira Santos, asseverou a determinação de levar a cabo a missão que lhes foi confiada e sublinhou a importância do Conselho Deliberativo na vida dos municípios.

Comissão Instaladora do IPAJ tomou posse

Em cerimónia realizada na sala de audiência do Tribunal da Praia, no passado dia 9, foi conferida posse à Comissão Instaladora do Instituto de Patrocínio e Assistência Judicial (IPAJ). A criação e entrada em funcionamento do IPAJ constitui seguramente um dos passos mais importantes para a democratização da Justiça e para o cumprimento das resoluções do III Congresso, no que diz respeito a este sector.

Integram a referida Comissão os drs. Manuel Monteiro Duarte (presidente), António José da Roca, Germano Almeida e José António Ramos, o advogado Gualdino Évora e os solicitadores judiciais, Arnaldo Monteiro e Daniel Mariano.

Sete mortos num acidente de viação em S. Nicolau

Sete mortos e alguns feridos foi o balanço do acidente de viação registado na noite de 29 de Abril, em S. Nicolau, à entrada da localidade de Praia Branca. Três dos feridos foram evacuados para o Hospital da Praia, tendo a viatura ficado completamente danificada.

Seis dos falecidos eram jovens, de idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos e o outro era pai de vários filhos, segundo testemunho de fontes bem informadas de S. Nicolau. A viatura, um camião «Bedford», galgou um pequeno muro de protecção da estrada, percorreu alguns metros do mesmo, tendo-se seguidamente precipitado numa ribeira cerca de 20 metros abaixo do local do acidente.

«Ainda não se sabe a causa principal do acidente, mas tudo leva a crer que a negligência do condutor não é de se excluir», comenta o «Voz di Povo» na sua última edição, citando fontes de S. Nicolau.

Paulo Farias orientou palestra

Pesquisas recentes sobre a «História do Pensamento Africano» foram o tema da palestra proferida na cidade da Praia pelo dr. Paulo Farias, do Centro de Estudos da África Ocidental, na Inglaterra. A referida palestra realizou-se no salão «Josina Machel» do liceu «Domingos Ramos» em fins de Abril, contando com a presença do ministro da Educação e Cultura, Carlos Reis e de muitos assistentes, entre os quais professores e alunos.

Emigrantes em Portugal comemoram o 1.º de Maio

Os emigrantes caboverdeanos residentes em Portugal assinalaram a data com uma sessão promovida pela Associação de Caboverdeanos e Guineenses e que reuniu dezenas de trabalhadores. Presentes o director de Informação de Cabo Verde, de visita aquele país, representantes da Associação Caboverdeana de Gutemburgo (Suécia) e do Presidente da Associação de Amizade Portugal-Cabo Verde. As intervenções concentraram-se sobre o tema «A Emigração

e a Reconstrução Nacional de Cabo Verde», que suscitou muitas perguntas da parte dos trabalhadores.

Um facto marcante foi a possibilidade de escuta colectiva do primeiro programa da Radiodifusão Portuguesa, produzido em colaboração com a Radiodifusão de Cabo Verde e seus serviços de informação da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa, dirigido à larga comunidade de caboverdeanos radicados naquele país.

Neste ramo, da Estatística os principais estudos realizados referem-se ao Orçamento Geral do Estado. O Orçamento, em última análise, significa a previsão de tudo o que o Estado arrecada e gasta durante um ano. Tal como no caso de um chefe de família, que recebe um vencimento e destina-o para pagar o aluguer, para comprar alimentos, vestuário, etc., assim o Estado recebe as suas receitas, provenientes dos impostos, e destinadas para as despesas com o pagamento de funcionários, compra de material de expediente, etc.

Normalmente, as Estatísticas das Finanças Públicas não estudam o Orçamento do Estado que, como já vimos, é apenas uma previsão, tanto para as receitas como para as despesas, mas sim as CONTAS GERAIS, que são as receitas e despesas efectivamente realizadas.

No caso da Guiné-Bissau, as últimas Contas Gerais publicadas referem-se aos anos de 1974/75, que foram agrupados num só exercício, devido ao período de independência total do País que então se vivia. Nesse contexto, o estudo das nossas Finanças Públicas, para o ano de 1977, será apenas uma aproximação, pois a sua base é apenas o Orçamento (Previsão).

Tecnicamente o Orçamento Geral do Estado é um só, com todas as suas receitas e despesas. Na prática, porém, subdivide-se em Orçamento Ordinário, também chamado de Funcionamento, e Orçamento Extraordinário, ou Orçamento de Investimentos. No Orçamento Ordinário entram as despesas correntes do Es-

tado, tais como pagamento de funcionários, pagamento de serviços (água e luz), compra de material de expediente, despesas de viagem, ajudas de custo e outros gastos menores. As receitas do Orçamento Ordinário são arrecadadas por Capítulos do Orçamento. No Orçamento Extraordinário entram os investimentos feitos pelo Estado na compra de máquinas, construção de edifícios ou estradas e outras despesas da mesma natureza. As receitas do Orçamento Extraordinário, no nosso caso concreto, provêm, no geral, da ajuda internacional ou de empréstimos contraídos.

O Primeiro Orçamento Extraordinário da Guiné-Bissau será o do ano de 1978, que está a ser elaborado conjuntamente pelo Comissariado de Estado das Finanças e do Desenvolvimento Económico e Planificação. Daí porque o estudo das Finanças Públicas que vamos aqui realizar refere-se apenas ao Orçamento de Funcionamento.

AS DESPESAS DO ESTADO

Em 1976 o nosso Estado tinha uma previsão de funcionamento de despesas na ordem de 1 124 623 contos. Em 1977 esse mesmo montante era de... 1 156 462 contos.

Entretanto esses números, vistos isoladamente, não nos esclarecem muito sobre a natureza das despesas efectuadas. Vejamos, pois a aplicação dessas mesmas despesas pelos diferentes sectores da vida nacional. Para isso basta relacionar as principais rubricas e teremos já uma noção do conjunto:

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO — DESPESAS PREVISTAS — 1977

Defesa Nacional	18%
Educação	16%
Saúde	13%
Agricultura	6%
Obras Públicas	5,5%
Segurança	5%

Estadística das Finanças Públicas

Os outros sectores têm percentagens menores do que esses.

Além disso, a natureza das despesas pode ser estudada em relação aos diversos tipos de gastos efectuados. Em 1977, por exemplo, do total das despesas previstas, cerca de 75% destinavam-se ao pagamento de funcionários. Essa alta percentagem das despesas do Orçamento destinada ao pagamento de funcionários deve-se, como já vimos, ao analisar a Classificação das Actividades Económicas, ao facto do Estado, no nosso País, ser o principal empregador, englobando cerca de 62% de toda a mão de obra assalariada.

AS RECEITAS DO ORÇAMENTO ORDINÁRIO

Será interessante publicar aqui uma série histórica das receitas ordinárias para acompanhar a sua evolução ao longo dos anos.

RECEITAS ARRECADADAS POR CAPÍTULOS DO ORÇAMENTO

Anos	contos
1972	635 617
1973	606 579
1974	588 501
1975	529 145
1976	518 766

Nota:

1977 — 1.º Trimestre	= 67 053 contos
2.º "	= 109 791
3.º "	= 168 007
4.º "	= (dados não disponíveis)

Tal como sucede em outros domínios da economia, também as Finanças Públicas estão ligadas à vida política do País. Assim, no que diz respeito às receitas arrecadadas, podemos ver, através dessa breve série histórica, que as

mesmas diminuem na medida em que as transformações políticas começam a gerar uma nova ordem económica. Nos anos de 1975 e 1976 houve retraimento da empresa privada e, consequentemente, certa redução de impostos. Em 1976 e 1977 a diminuição das receitas arrecadadas está ligada directamente ao surgimento de outro tipo de actividade económica, com a criação de empresas estatais e para-estatais (mistas) e com problemas de tributação e captação do excedente ainda não de todo resolvidos.

O DÉFICIT DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Pela análise dos números acima publicados chegamos à conclusão de que as nossas Finanças Públicas apresentam uma situação de déficite permanente. Em outras palavras, o Estado gasta mais com o seu funcionamento, do que aqui-

No caso concreto que estamos a analisar o déficite orçamental vem sendo coberto em grande parte com avanços do Banco Central ao Tesouro. Esses avanços, ou empréstimos, também chamados emissão monetária, podem ser assim quantificados:

1975	— 9.700 contos
1976	— 536 100 «»
1977	— 464 700 «»

O problema consiste em saber se essa emissão monetária, tem uma contrapartida em produção ou importação de bens para serem vendidos, possibilitando assim o seu retorno às fontes. Se assim suceder essa emissão transformar-se-á numa circulação monetária normal. Caso contrário, o seu efeito será o de aumentar a massa monetária em circulação e pressionar sobre os preços, pois haverá mais dinheiro disponível para a mesma capacidade de oferta de produtos ao mercado. Nessas circunstâncias teremos um processo inflacionário bastante intenso.

Finalmente, não podemos finalizar a nossa análise das Finanças Públicas do País sem chamar a atenção dos nossos leitores sobre o quanto é difícil e complexa a batalha pela Reconstrução Nacional. Muitas vezes o Governo é levado a adoptar opções cruciais, que não prescindem, no entanto, da compreensão e do esforço de todos nós.

Convocada para a segunda Legislatura, em Maio de 1978, sob a liderança de Bernardo Vieira, I. Assistiram à sessão do Conselho de Estado o Conselho de Estado

DA A

Assistiram ainda à sessão de abertura, para a qual foram convidados, representantes das delegações diplomáticas acreditadas em Bissau.

A sessão inaugurou-se marcada por um importante discurso proferido pelo Presidente do Conselho de Estado, capitaneado por Luís Cabral que fez uma exposição brilhante sobre a situação política, económica e social do País, o balanço político da situação e os diversos domínios das actividades do Estado, destacando a acção do Estado no período que decorre entre a primeira sessão extraordinária e a reunião ordinária da segunda Legislatura. O Presidente Luís Cabral fez uma exposição detalhada do andamento dos assuntos do Estado em todos os domínios, assim como dos planos e projectos elaborados para a execução ou em execução, com vista à realização do programa político, económico, cultural do Estado, bem como da sua defesa e segurança.

No decurso das discussões que se seguiram, a Assembleia abordou a ordem de trabalho:

1 — Debate geral sobre as intervenções dos membros do Conselho de Estado sobre os problemas da Nação e das regiões;

2 — Apresentação e discussão e aprovação do Orçamento Geral do Estado para o ano de 1978;

3 — Exposição dos trabalhos do Conselho de Estado e dos serviços de Estado e das actividades dos respectivos Comissariados e departamentos delegados, com debates;

4 — Apresentação e discussão das leis publicadas no Oficial desde 12 de Maio até à data da presente sessão;

5 — Apresentação e votação de diversas propostas pelo Conselho de Estado;

6 — Apresentação e votação de diversas

na Sessão Ordinária da Assembleia Nacional Popular reu- III Congresso, de 9 a 20 de da camarada Carmen Pe e da Assembleia, por ausên- exterior do camarada João da Assembleia.

de abertura, o Presidente Cabral, o Comissário Prin- sários de Estado, Francisco

Mendes, os membros da Direcção do Partido e do Estado presentes em Bissau, representantes dos diversos departamentos da Função Pública e das actividades privadas, assim como numeroso público.

Como convidado de honra, esteve presente à mesma sessão, uma delegação da Assembleia Nacional Popular da República irmã de Cabo Verde, conduzida pelo seu vice-presidente, camarada Olívio Pires, que usou da palavra para transmitir à Assembleia a saudação do povo irmão de Cabo Verde.

RESOLUÇÕES FINAIS ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR

postas apresentadas pelos deputados.

1 — A Assembleia Nacional Popular, aprovando a forma como o Conselho de Estado e o Conselho de Comissários de Estado têm conduzido a política do País, dentro da orientação traçada pelo PAIGC e na linha de pensamento do Fundador da nossa Nacionalidade, Amílcar Cabral, felicita-se, em particular:

a) Dos passos concretos dados pelo Governo no sentido da aplicação prática das importantes resoluções do III Congresso do PAIGC, resoluções que traçaram de forma clara e objectiva o caminho a seguir para a realização das aspirações mais profundas do nosso povo na Guiné e Cabo Verde, de acordo com o Programa do PAIGC

b) Das realizações do Governo no sentido do reforço dos laços especiais que unem a República da Guiné-Bissau à República de Cabo Verde para a criação das condições para a realização da fase superior da Unidade Guiné-Cabo Verde, que é a união orgânica dos dois Estados.

c) Dos esforços do Governo no sentido de conseguir um desenvolvimento harmonioso do país, através da promoção de progresso nas regiões do interior e de uma larga descentralização.

d) Da acção desenvolvida pelo Governo no plano internacional baseada na procura constante do estabelecimento de relações de amizade e cooperação com todos os Estados com base nos princípios do Direito Internacional, do não-alinhamento e da reciprocidade de vantagens.

e) Das iniciativas do Governo no sentido de solucionar, dentro do espírito da tradicional amizade que nos liga aos países vizinhos o problema da delimitação das nossas fronteiras marítimas.

f) Das realizações do Governo no plano da organização do Estado e da Administração na linha da política de democracia nacio-

nal revolucionária definida pelo III Congresso do P.A.I. G.C. e visando a promoção social e cultural do povo e, em particular das camadas mais desfavorecidas.

g) Das medidas tomadas pelo Governo com vista a fazer face à difícil situação criada pela seca que atingiu o País, nomeadamente no que diz respeito à garantia de um normal abastecimento alimentar à população.

h) Dos esforços do Governo no sentido de promover o desenvolvimento planificado do país obedecendo aos seguintes pontos de prioridade.

1 — Garantir a autosuficiência alimentar;

2 — Equilibrar o Orçamento Geral do Estado;

3 — Assegurar progressivamente a rentabilidade e a organização das nossas empresas.

i) Das medidas tomadas pelo Governo para combater os crimes contra a economia nacional.

2 — A Assembleia Nacional Popular discutiu e aprovou as seguintes Leis propostas pelo Conselho de Comissários de Estado:

a) Lei sobre a extensão das águas territoriais e da zona económica exclusiva;

b) Lei sobre o poder judicial militar, reformulando algumas disposições da Lei da Justiça Militar.

c) Lei sobre a detenção de mulheres grávidas.

d) Os decretos publicados pelo Governo no Boletim Oficial durante o período compreendido entre 12 de Março de 1977 e a data da presente sessão.

3 — A Assembleia Nacional Popular discutiu e aprovou as seguintes Leis, propostas por Comissões de deputados eleitos durante o seu funcionamento, para a solução de alguns problemas que afectam a vida do país:

a) Sobre o combate às queimadas.

4 — A Assembleia Nacional Popular, tendo em consideração o relatório do Conselho Superior de Luta apresentado ao III Congres-

so do PAIGC em que recomenda esforços no sentido de se elaborar novas leis que consagrem soluções aos problemas dos menores, da condição da mulher e da criminalidade, e ainda as decisões do III Congresso que mandam discutir, no seio das massas, as leis de maior incidência na vida do povo, encarrega o Conselho de Estado de tomar medidas legislativas urgentes sobre:

a) Assistência jurídica aos menores;

b) Lei sobre o adultério e violação de menores;

c) Legalização do aborto;

d) Recenseamento Geral da População.

5 — A Assembleia Nacional Popular, tendo em consideração que, nos últimos tempos, se têm registado graves golpes contra a nossa economia, por elementos ambiciosos, egoístas e corruptos e considerando a necessidade de adoptar medidas energéticas tendentes a desencorajar toda e qualquer acção neste sentido, encarrega o Conselho de Estado de tomar medidas legislativas urgentes sobre os crimes contra a economia nacional.

6 — A Assembleia Nacional Popular considerando os superiores interesses nacionais em causa, encarrega o Conselho de Estado e o Conselho de Comissários de Estado de tomar medidas legislativas e administrativas urgentes com vista a:

a) Proceder a um estudo sobre a divisão administrativa do país no sentido de corrigir algumas anomalias que se verificam na actual divisão administrativa.

b) Acelerar o processo de confiscação, a favor do Estado, dos bens dos indivíduos que tenham praticado actos de traição à Pátria ou que, tendo abandonado o país procurem promover a liquidação dos seus negócios e a transferência para o estrangeiro dos capitais aqui acumulados, com grave prejuízo para os trabalhadores nacionais e para a economia do país:

a) A organização da milícia popular.

b) Combate ao furto e ao roubo.

7 — Tendo examinado e aprovado o Orçamento Geral do Estado para o ano de 1978, a Assembleia Nacional Popular recomenda ao Governo que tome as medidas que se impõem com vista a que, através de uma execução criteriosa e orientada pelos princípios de rigor e austeridade, se obtenha um ajustamento das Contas do Estado às actuais realidades económicas e financeiras do país.

8 — A Assembleia Nacional Popular decidiu considerar os anos de 1978-1979 como anos de «Solidariedade Nacional com a região de Bolama/Bijagós».

9 — A Assembleia Nacional Popular aprovou uma proposta de adesão à União dos Parlamentos Africanos, organização composta por Parlamentos de Estados Membros da Organização da Unidade Africana e cu-

jos Estatutos foram apreciados:

10 — Na última sessão de encerramento dos seus trabalhos, a Assembleia Nacional Popular escutou atentamente um importante discurso do Comissário Principal do Conselho de Comissários de Estado as actividades programadas do Governo para a nova etapa da luta pela consolidação da independência nacional, e pela construção do progresso do país e exprime a sua satisfação pelo espírito de responsabilidade, pela dedicação e esforço postos no desempenho das suas funções pelos membros do Conselho de Estado e do Conselho de Comissários de Estado.

No decorrer da sua mensagem, o Comissário Principal comunicou à Assembleia Nacional Popular que o Governo tem em estudo uma proposta de lei que institui a hierarquização com postos militares e as respectivas insígnias nas F.A. R.P..

Também foi comunicada a instituição do dia 16 de Novembro, como Dia Nacional das Forças Armadas.

O Comissário Principal recomendou ainda a concessão de prioridade na concessão de bolsos de estudo aos trabalhadores que querem continuar os seus estudos dentro do ramo em que se encontram enquadrados.

11) A Assembleia Nacional Popular reafirma a sua fidelidade ao PAIGC, força política dirigente da nossa sociedade e à sua Direcção assim como à ideologia representada pelo pensamento de Amílcar Cabral e com substanciada na sua obra grandiosa.

Ela proclama ainda a decisão de levar à prática as importantes decisões do III Congresso do PAIGC tendo em vista a construção, na Guiné e Cabo Verde, de uma Pátria livre, unidade e prospera para todos os seus filhos, de acordo com o Programa do Partido.

Cabo Verde

Pedro Pires aos órgãos de Informação

“Não é viável criar uma organização que substitua a CONCP”

«Não creio que seja viável a criação de uma organização que substitua a CONCP porque a situação geográfica de cada país, tem os seus problemas próprios em cada área, uns estão na África Central e outros estão na África Ocidental. Cada um desses países tem problemas próprios de acordo com a vizinhança, digamos de acordo com os países que estão à volta e também podemos dizer que será mais fácil um País da África Ocidental cooperar com os países que estão à volta, cujas economias possam até ser complementares, isto é completam-se. Seria bastante difícil a cooperação dum país, que se situa como o nosso na África Ocidental mas bastante ao Norte, ir ter relações económicas viáveis e intensas com um País como Moçambique em que se tinha que se dar todo uma volta ao Sul da África», disse o Primeiro Ministro Pedro Pires numa conferência de imprensa concedida em S. Vicente a órgãos de Informação de Cabo

Verde Angola e Moçambique aquando da conferência dos ministros de Transportes.

A própria distância informou, não recomenda certos tipos de relações. Ora, durante a luta de libertação nacional não existiam esses problemas porque, mesmo querendo ou não querendo, havendo mais distância ou menos distância, havia um inimigo comum, o problema era mais ou menos idêntico e isso permitia uma solidariedade, se a podemos chamar assim, automática. Fazíamos as mesmas coisas e tirávamos os mesmos efeitos pelo facto de estarmos a lutar. Os efeitos que tiramos foi vencer o inimigo e, portanto, havia uma conjugação de esforços, querendo ou não querendo, porque havia o mesmo inimigo. Portanto bastava que fizéssemos mal ao inimigo aqui para ter logo a sua repercussão noutro lado. Portanto, a solidariedade era muito mais fácil e muito mais simples».

E prosseguiu: «No plano internacional também todo o

esforço foi conjunto para isolar o inimigo e para obter os meios necessários à luta. Portanto, era muito mais fácil o desenvolvimento da solidariedade e das relações políticas entre as nossas organizações, porque também éramos nós que estávamos a lutar, não havia mais gente, porque os outros países já estavam independentes e, se não estivessem não estariam sob o mesmo inimigo. Nós éramos obrigados numa maneira ou doutra a ser solidários a ter uma organização que pudesse conjugar e coordenar os nossos esforços».

Mas neste momento o que é que acontece? Nós todos estamos independentes e todos os países africanos têm problema da conquista da independência económica. Somos todos países subdesenvolvidos, todos países africanos com problemas idênticos ou similares. Há uma oportunidade de cooperação regional ou subregional. A situação é um bocadinho diferente da situação de luta de libertação nacional.

25.ª jornada do Campeonato Nacional de Futebol

Na corrida para o título o Benfica continua no comando seguido de perto pela Udib

Após a 25.ª Jornada do Campeonato Nacional de Futebol, e quando faltam só cinco jornadas para se apurar o campeão nacional da época de 1977-78, a Udib continua a sua perseguição desenfreada ao Benfica, que leva dois pontos de avanço. Ambas as equipas saíram para o interior, no passado fim-de-semana. O Benfica foi para o Leste, onde derrotou o Desportivo de Gabú por três bolas a uma, e a Udib foi à capital do Norte, Farim, onde arrancou os necessários dois pontos, frente ao desportivo local, com a vitória de 1-0. Os dois mais directos rivais comandam a tabela classificativa, respectivamente, com 38 pontos para o Benfica, e 36 pontos para a Udib. Resta a ambas, um jogo em atrazo, que terá lugar amanhã, quarta-feira, em Bissau, Udib-Bafatá, e em Bissorã, Atlético-Benfica.

No Sul, o Desportivo de Tombali voltou a somar dois pontos e mais três golos, sem ter dado um pontapé na bola. São já várias as faltas de comparência que esta equipa regista. Desta vez, quem teve tal amabilidade para com a equipa de Bauer, foi o Desportivo de Cantchungo que, segundo informações do seu delegado em Bissau, Mário Tolentino, não conseguiu fretar avião da LIA, Linha Aérea da Guiné-Bissau.

Nos restantes jogos realizados em Bissau e nos campos do interior do país, a contar para a 25.ª Jornada, ficaram apurados os seguintes resultados: FARP, 3 Balantas, 2; Ajuda Sport, 0 — Desportivo de Buba, 2; Ténis Clube, 2—Sporting, 1; Bula, 0 — Bafatá 1; e Bolama, 1 — Bissorã, 1.

FARP, 3 — BALANTAS, 2 Vitória contra a corrente...

No sábado à noite, assistiu-se em Bissau, no Estádio Lino Correia, a um renhido dasafio de futebol entre a equipa militar das FARP e os Balantas de Mansoa. Não diremos que a equipa da casa foi desmerecedora do resultado que se verificou. Somente que a vitória surgiu, na realidade, contra a corrente de jogo, pois, coube aos Balantas o domínio de mais de 70 por cento da partida. O que mais valeu a vitória das

FARP, foram os frangos cedidos pelo guarda-redes Zé da Cunha, sobretudo em dois dos três golos.

Foi a equipa de Mansoa quem inaugurou o marcador. Com uma jogada digna das suas qualidades, Jaime fez chocar um no outro, num lance de cabeça, o defesa farpense João Gomes e o médio Arsénio. Reatou a bola no lado esquerdo do seu ataque, evitou Claudio que veio à dobra, fez (um-dois) com Sulai e, ele mesmo, fez o golo, batendo lindamente o guarda-redes Karaté. Eram decorridos 25 minutos de jogo. Do choque, referido, João Gomes safu lesionado no nariz substituindo-o Eduardo.

Cinco minutos após o intervalo, as FARP estabeleceram a igualdade por intermédio do seu homem-golo, Mami. Um jogador que nos despertou a atenção durante a partida, foi o atacante Eustáquio. Outra coisa muito irregular e um pouco trapalhão, está a subir nitidamente de forma e a revelar-se um bom atacante.

O segundo golo das FARP foi apontado pela defesa e capitão da equipa, Cláudio, que realizou sozinho a operação. Foi um livre a meio do meio-campo dos Balantas, e ele fê-lo directo, com pontapé de canhão. O esférico beijou as malhas, antes que José da Cunha pudesse deslocar-se entre os postes. Claro que foi um

frango. A mesma característica teve o terceiro e último golo das FARP, este apontado pelo irrequieto Bobo, também com um excelente remate do meio da rua.

O azar estava do lado dos Balantas que perderam incríveis oportunidades de golo, até que Cláudio veio a derrubar o avançado Luís Martins, dentro da grande área. Foi Baldé quem transformou o castigo máximo prontamente indicado pelo Juiz, J. Gomes. E assim estava feito o segundo e último golo dos visitantes.

TENIS, 2 — SPORTING, 1

Foi quebrado um velho mito...

Com esta vitória de 2-1 do Ténis Clube sobre o Sporting de Bissau ficou quebrado um velho mito, de que o Ténis não derrotava o Sporting há já longas épocas (sem exagero): desde os fins dos anos sessenta. Realmente, já não era sem tempo que isso acontecesse, pois, assim, o Sporting passará a respeitar qualquer adversário, por mais fraco que seja, e sejam quais forem as suas tradições.

Os Leões entraram para o campo confiantes na tal tradição e não contavam que os adversários tinham já amadurecido a tal ponto. Assim, quando o tempo regulamentar se aproximava do fim, nunca mais parecia sequer o golo de empate. Feliz foi Tonecas Parente, que acabou de regressar a casa para treinar o Ténis, após ter feito meia época a orientar os Leões. Por enquanto, a equipa alva está a ser dirigida pelo jogador Celestino Mascarenhas, enquanto Tonecas actua como seu adjunto.

O primeiro golo do Ténis Clube foi apontado por Djeco, com um belo remate, aos cinco minutos. Neste

jogo ele actuou no meio campo e parece tão bom neste lugar como o é na defesa. Nessa mesma jogada de golo inaugural, o avançado tenista, Nuno Hélder, depois de ter escapado das garras de Agostinho, tinha-se isolado com o guarda-redes Ocante, mas falhou o tento.

O Sporting empatou aos 17 minutos, por intermédio de Paulo Quissangué. Fodé já podia ter marcado o golo, mas preferiu servir o esférico ao seu parceiro que não o fez esperar. O guarda-redes Barreto, apesar desta ser outras das suas noites de glória, passou em frente da baliza procurando melhor colocação no terreno, mas em vão.

O golo da vitória do Ténis; ainda surgiu na primeira parte, apontado por Djossé, num lance em que este se arrojou ao solo, embrulhando-se com os defesas contrários. A persistência de Djossé sempre lhe valeu. Por seu turno, a equipa do Sporting foi infeliz na procura de golos. O seu pontapé-esquerda, Fodé, falhou pelo menos duas flagrantes oportunidades de golo, isolando-se, mas sempre a rematar para fora. Na segunda parte, o Ténis perdeu um pouco de brio na linha dianteira, mas não lhe faltaram oportunidades de criar perigo para as balizas de Ocante. A Djossé não lhe faltou velocidade, mas Carlitos foi sempre traído pelo peso do seu corpo, desproporcional ao tamanho do pé, demasiado pequeno (37), para tal corpulência.

AJUDA SPORT, 0 BUBA, 2

Os dois pontos ficam para a próxima...

O Futebol Clube de Buba derrotou o Ajuda Sport Clube por 2-0, no jogo realizado no domingo à tarde, no Estádio Lino Correia, e que contava para a 25.ª jornada do Nacional de Futebol.

nada do Nacional de Futebol.

Ao intervalo, 1-0.

No fim da segunda parte, 2-0.

Ambos os golos foram obtidos por Agostinho, aos 23 e aos 78 minutos.

Imcompreensível é a carreira que a equipa do Bairro de Ajuda tem vindo a fazer na presente prova. Um Ajuda Sport que, seis dias atrás, foi arrancar um precioso empate de duas bolas frente ao poderoso Balantas de Mansoa, no terreno deste. Voltando à partida de anteontem ao seu hábito — derrotas — quando aqueles que por alguma razão chamaram para o comando das operações daquela função o técnico do Sporting de Bissau, Didi — terceiro deste clube na presente temporada — estavam mergulhados nas suas contas (11+2? são três...), ajudando assim aos homens do Sul a melhorarem a sua posição na tabela classificativa.

Do futebol praticado pelas duas equipas, temos pouca coisa a dizer. Foi monótono: jogadas mal pensadas, pontapés pelo ar e por vezes comprimidos e sem direcção. Em suma, uma desligação total entre os sectores. Apesar dos bubistas terem estado longe de praticar um futebol bonito, submeteram a formação do Bairro de Ajuda a um domínio desde o primeiro ao último minuto.

O resultado final aceita-se.

TABELA CLASSIFICATIVA

	J	V	E	D	GM	GS	P
BENFICA	24	15	8	1	49	18	38
Udib	24	14	8	2	43	18	36
Tombali	25	14	5	6	52	26	33
Sporting	25	12	5	8	56	39	29
FARP	25	11	7	11	49	34	29
Balantas	24	11	6	7	38	30	28
Gabú	25	9	9	7	46	42	27
Bafatá	24	8	8	7	33	33	26
Bula	25	10	5	10	40	39	25
Ténis Clube	25	9	5	11	38	42	23
Cantchungo	25	9	4	12	26	35	22
Bolama	24	7	5	12	38	56	19
Buba	25	8	3	14	29	54	19
Bissorã	24	6	4	14	23	36	16
Farim	25	4	5	16	23	50	13
Ajuda Sport	25	4	3	18	42	74	11

Internacional

FRANÇA, 2 — TUNÍSIA, 0

LILLE — A França derrotou a Tunísia por 2-0, num encontro amigável realizado nos arredores de Lille. Os golos foram marcados por Platini, aos 70 minutos, e por Dalger, aos 74 minutos. Ao intervalo, as duas turmas encontravam-se empatadas a zero bolas.

EDDY MERCKX ABANDONA O CICLISMO

BRUXELAS — Eddy Merckx anunciou na passada quinta-feira em Bruxelas que vai abandonar o ciclismo. No decorrer de uma conferência de imprensa, declarou: «Decidi abandonar a competição. Não posso mais preparar-me em condições para o torneio de França, no qual esperava correr pela última vez como apoteose da minha carreira. Os médicos proibiram-me de correr em grandes competições e tenho que ceder. Esta decisão é-me penosa, mas é a mais honesta que já tomei face ao público e aos meus colegas de equipa. Com Josehp, Ruismans e Rudi Altig, dirigirei a equipa «C e A» (FP)

No Pintcha

Trisemanário do Comissariado de Informação e Turismo — Sai às terças, quintas e sábados.

Serviço Informativo das Agências: AFP, APS, TASS, ANOP, Prensa Latina, APN e Nova China.

Redacção, Administração e Oficinas — Avenida do Brasil — Telef.: Redacção 3713/3728 — Administração e Publicidade, 3726.

Assinatura — (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde:

Um ano 700,00 P.G.
Seis meses 450,00 P.G.

Assinatura (Via Aérea) África, Europa e América:

Um ano 800,00 P.G.
Seis meses 550,00 P.G.

Caixa Postal, 154 — BISSAU-GUINÉ-BISSAU

Farmácias

HOJE — «Farmácia Higiene» — Rua António N'Bana, telefone 2520.

AMANHÃ — «Farmácia Farmedi n.º 1» — Rua Guerra Mendes, telefone 2460.

Cinema

HOJE — (MATINE) — «BRANCA DE NEVE» — às 18,30 h.

HOJE E AMANHÃ — «PROCESSO ARQUIVADO SÉRPICO» — M/18 anos — às 20,45 h.

Telefones

Hospital «Simão Mendes» — 2888/2867.

Bombeiros Voluntários — 2222.

POLÍCIA; 1.ª Esquadra 3888 — 2.ª Esquadra — 3444.

CORREIOS; — Informação 2600 — Radiodifusão Nacional 2430 — Aeroporto/4 — TAP 3991/3 — TAGB 3004 — Aeroflot 2707 — Air Argelie 3775/7.

Chegadas e partidas de navios — 2922/5.

COMPANHIA DE ELECTRICIDADE E AGUAS

Gabinete do Director e Serviços Administrativos — Telefone 2411;

Brigada da Assistência aos Consumidores — Telefone 2414 (7 à 1h).

Eleições no Alto Volta Principais partidos empenhados em derrotar o general Lamizana

OUAGADOUGOU — A União Progressista voltaica (UPV) abster-se-á, na altura da segunda volta das eleições presidenciais, a 28 do corrente. Esta decisão, foi tomada aquando de um conselho extraordinário do partido, realizado a 19 deste mês em Ouagadougou.

A UPV, que apresentara a candidatura do professor Joseph Ki Zerbo, chegado em quarta posição, justifica a sua decisão pelo facto de que «nenhum dos gestos do general Lamizana, desde a formação do seu dito governo de união nacional, justifica o mínimo apoio da UPV aos seus esforços para se manter no poder» e que, após ter confirmado unilateralmente a sua candidatura para a segunda volta Macaire Ouedraogo permaneceu como o candidato da única União Nacional para a Defesa da Democracia (UNDD), quando seria preferível que fosse o candidato de todos os civis que

combateram energeticamente a candidatura do general Lamizana».

A UPV que afirma que «devido a esta anomalia, os numerosos contactos ulteriores com a UNDD, no final da primeira volta, não deram resultados», atira sobre esta formação política a «pesada responsabilidade pela situação assim criada».

Estas divergências que se registam no Alto Volta, nesta altura, não se limitam só a UPV, e à UNDD. As mais importantes formações políticas a jogarem nestas eleições, para além do partido governamental, estão dispostas a derrotar o general Lamizana neste escrutínio. O candidato, que alcançou a terceira posição, Joseph Ouedraogo, da «Frente de Recusa da União Democrática Africana (RDA)», declarou no sábado que o seu partido «dará o seu apoio massivo a Macaire Ouedraogo, como candidato

da Frente Unida dos civis mas não como candidato da UNDD».

Joseph Ouedraogo, sublinhou que dará tudo o que lhe resta «como força moral, financeira e política para derrotar o general Lamizana na segunda volta, a 28 de Maio».

Por seu lado, no decurso da sua primeira intervenção radiodifundida e televisivada, Macaire e Ouedraogo, candidato da UNDD, convidou os militantes do seu partido a «uma feroz determinação para a vitória da modificação, na democracia e na salvaguarda da honra e da dignidade nacional», aquando da segunda volta das eleições.

Tirando a lição da primeira volta de 14 de Maio, Macaire Ouedraogo sublinhou a necessidade de uma reforma do sistema eleitoral. (FP)

● Yhomby Opango

ADDIS ABEBA — O presidente Joachim Yhomby-Opango, chefe de Estado congolês, deixou ontem Addis Abeba de regresso a Brazaville, no termo de uma breve visita à Etiópia, anunciou a agência de Imprensa etíope.

A agência indicou que o presidente congolês tivera conversações com o coronel Mengistu Hailé Mariam, chefe de Estado etíope, sobre as relações bilaterais e a situação internacional. Um comunicado conjunto foi publicado no final da visita. (FP)

● RDA Comité de Libertação

BERLIM — A RDA entregará nos próximos dias ao Comité de Libertação da Organização de Unidade Africana (OUA), diversas «ofertas de solidariedade», num valor de 3,5 milhões de marcos, anunciou na sexta-feira passada a agência ADN.

Segundo a ADN, vãos especiais da companhia aérea este-alemã «Interflug», levarão até Dar-es-Salam, medicamentos, vestuário, produtos alimentares e equipamentos de laboratório. Estas ofertas destinam-se particularmente à Tanzânia, ao Benin e a Moçambique. Trata-se do 15.º donativo do género desde o início do ano, afirma a ADN. (FP)

● "Capacetes azuis"

BEIRUTE — Robert Guyer, secretário geral adjunto da ONU para as questões políticas especiais, avistou-se no sábado, em Beirute, com as autoridades libanesas sobre a presença dos «capacetes azuis» no Líbano sul. Guyer encontrou-se sucessivamente com o presidente Elias Sarkis, a quem fez a entrega de uma mensagem de Waldheim, com o primeiro ministro Salim Al Hoss e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Fouad Boutros. Este último indicou que o presidente Sarkis respondera «verbalmente ao conteúdo e às questões levantadas pela mensagem do secretário geral da ONU». (FP)

● Brzezinski em Pequim

PEQUIM — Zbigniew Brzezinski, conselheiro do presidente Carter para as questões de segurança nacional, esteve em Pequim, onde, desde sábado, e durante três dias, realizou conversações com os dirigentes chineses. (FP)

República Dominicana

A controvérsia das eleições

SÃO DOMINGOS — António Guzman, candidato do Partido Revolucionário dominicano (P.R.D.), e o seu colaborador, Jacobo Majluta, declararam na sexta-feira que o seu partido ganhara as eleições numa proporção de cerca de quatro votos contra um.

Durante uma conferência de Imprensa, dois homens responsabilizaram «um minúsculo grupo» das Forças Armadas e da Polícia pela interrupção da contagem dos votos, mas afirmaram ignorar a existência de um movimento de subversão militar. (FP)

Comores

Restabelecida a propriedade privada

MORONI — Na sua primeira mensagem dirigida à nação comoriana, desde o golpe de Estado de 13 de Maio e da criação de um directório político-militar, o primeiro ministro Abdellahi Mohamed anunciou, através da rádio Comores, a restauração das instituições demo-

Emergência no Perú

LIMA — O Governo peruano instaurou, na noite de sexta para sábado, o estado de emergência em todo o país e suspendeu todos os direitos constitucionais.

Suspendeu igualmente a publicação «de revistas políticas independentes», enquanto durar o estado de emergência.

Os espaços concedidos na rádio, na televisão e nos jornais aos partidos políticos que participam nas eleições legislativas foram igualmente suprimidos.

O estado de emergência, indica um comunicado do ministério do Interior, foi necessário porque «grupos extremistas» utilizam as medidas económicas tomadas pelo governo «para incitar à subversão e alterar a ordem pública». (FP)

Direito do Mar

Poucos acordos em muitas questões

GENEBRA — A conferência da ONU sobre o direito do Mar, que terminou na noite de sexta para sábado, resultou num número limitado de acordos sobre as três diferentes questões que discutiu desde 28 de Março.

Um princípio de acordo sobre o reforço dos direitos dos Estados costeiros, para a protecção contra a poluição, foi conseguida. O incidente do petroleiro «Amoco-Cadiz» foi constantemente referido nos discursos sobre a poluição e todos os diplomatas estimam que isso favoreceu as negociações.

Concluiu-se também um «acordo condicional» sobre o processo de conciliação dos diferendos sobre os direitos de pesca na zona económica exclusiva de 200 milhas (368,4 Km) de cada Estado.

No entanto, persistem os desacordos sobre a delimitação do baixo continental e a delimitação das fronteiras marítimas entre os Estados, cujas zonas económicas ou baixios continentais se acavalam.

No que respeita ao alto mar, manteve-se um acordo em a considerar «herança comum da Humanidade»

em encarregar uma autoridade mundial de supervisionar a sua exploração em proveito de toda a humanidade, ou seja, um «empreendimento mundial». Os Estados e firmas privadas poderão, no entanto, explorar certas zonas, parcialmente em seu próprio proveito, mas também em proveito dos países menos favorecidos.

Mas as modalidades práticas e financeiras deste sistema e a política de exploração das riquezas continuam a não conseguir a unanimidade. Orienta-se, no entanto, no sentido de um compromisso concedendo à autoridade um «papel preponderante», exigindo-lhe a vigilância «para uma divisão equilibrada dos benefícios» graças a um «mecanismo apropriado» que resta encontrar.

Essa autoridade será composta de 36 membros, quatro dos países, tecnicamente mais avançados, quatro dos principais países exportadores, quatro dos principais importadores de minerais de origem marítima, seis países pobres, e dezaoito países eleitos pela ONU, tendo em conta um repartimento geográfico equilibrado.

COOPERAÇÃO NIGERO-LÍBIA

NIAMEY — A constituição do banco árabe líbio-nigerino para o Comércio Externo e o Desenvolvimento (Balinex), com um capital de 500 milhões de francos CFA, foi anunciada na sexta-feira através de uma comunicação legal surgida no quotidiano nacional «Le Sahel». O capital do banco é dividido a meias entre a Líbia e o Níger. A data da constituição da sociedade é de 26 de Abril de 1978. (FP)

REFERENDO/EGIPTO

CAIRO — As medidas propostas pelo presidente Sadate para «preservar a unidade nacional e a paz social» foram aprovadas por 98,29 por cento dos eleitores», anunciou ontem o ministro do Interior, Nabaoui Ismail.

O ministro precisou que 159.578 eleitores votaram «não» ao referendo, que teve lugar no domingo no Egipto. (FP)

RECONTROS VIOLENTOS

NARITA (JAPÃO) — Recontros entre grupos armados e policiais japoneses tiveram lugar no sábado, no aeroporto internacional de Narita (60 quilómetros a este de Tóquio), algumas horas depois da sua inauguração.

Vários polícias foram feridos. Os grupos, em número de cinco mil pessoas, estavam protegidos e utilizavam bombas incendiárias. (FP)

CONFERENCIA DE MADAGASCAR

ANTANANARIVO — Seis longas resoluções a favor dos movimentos de libertação e por uma zona de paz no Oceano Índico, bem como uma declaração geral, foram adoptadas na noite de sexta-feira pela 5.ª conferência dos países e partidos progressistas da África, que terminou assim os seus trabalhos.

Resoluções e declaração geral traduzem a opção anti-colonialista, anti-neocolonialista, anti-racista, anti-sionista e anti-imperialista da conferência, e visam o reforço da solidariedade «militante das forças progressistas com os movimentos de libertação».

A declaração geral adoptada pela Conferência, sublinha os duros sofrimentos inflingidos pelo imperialismo internacional contra os africanos e os habitantes das ilhas do Oceano Índico.

Ela salienta as lutas levadas a cabo pelos povos «amantes da paz e da liberdade», contra os imperialistas que «pretendem perpetuar a sua dominação em todos os campos». (FP)

Encerramento da Assembleia Nacional Popular

(Continuação da 1.ª página)

não estão a trabalhar bem e, mostrou aos deputados à ANP, todas as dificuldades que enfrentamos neste momento para levar o nosso país ao caminho do progresso e bem estar do nosso povo.

Continuando a falar da importância das leis no nosso país, o camarada Francisco Mendes dizia: «Temos necessidade permanente de elaborar leis porque sabemos que vários departamentos do nosso Estado não têm ainda bem definidas as suas competências. Isso demonstra que, no próprio funcionamento do nosso Governo, não há ainda um diploma que indica o trabalho de cada departamento. Também temos necessidade, ao nível das regiões da nossa terra, de fazer um estatuto orgânico. Pensamos que isso é muito importante porque só assim é que podemos saber claramente quem é que, por direito, pode fazer parte do Comité de Estado da região».

Depois de saudar todos os presidentes dos Comités das regiões que compõem o nosso país, pelo trabalho que têm feito em prol do nosso desenvolvimento, o camarada Comissário Principal falou dos problemas

dessas regiões. «Para o desenvolvimento de uma região, há necessidade de uma estreita colaboração com os organismos de Estado centrais. Assim é que vemos que, para haver um maior desenvolvimento, é preciso uma colaboração com o Comissariado da Agricultura, Obras Públicas, Indústria, etc. Os presidentes dos Comités de Estado, como responsáveis máximos das regiões, devem ver todos os problemas que se passam nas regiões para poderem entrar em contacto com os Comissariados interessados».

Falando ainda das dificuldades mais prementes nas regiões do país, o camarada Francisco Mendes enumerou o problema das reparações e apelou a todos os presidentes dos Comités que tomem a seu cargo, o mais depressa possível, esses problemas. Falou da falta de transportes, do controle dos produtos que saem ilegalmente pelas fronteiras, tráfico de gado e de óleo de palma, da recuperação da praia de Varela, da importância dos anos 1978 e 1979 para a população de Bolama, porque serão anos de Solidariedade Nacional com Bolama-Bijagós, da reparação das jangadas de S. Vicente e João Landim, da distribui-

ção de sementes, dos impostos e das taxas e de todos os problemas essenciais para o desenvolvimento do nosso país.

Ainda durante a sua intervenção, o camarada Francisco Mendes, Comissário Principal do Conselho de Comissários de Estado apelou à vigilância dos deputados à ANP, afirmando: «Nós consideramos a economia da nossa terra como uma coisa fundamental. Porque podemos falar da nossa política, do PAIGC, do nosso Governo democrático, de eleições mas, enquanto não tivermos a nossa economia bem forte, essa política vai por água abaixo. Portanto, todos aqueles que atentam contra a economia da nossa terra, que fazem desvios dos bens do nosso Estado para o seu proveito pessoal, são piores do que aquelas pessoas que lançam panfletos nas ruas. Porque, se tivermos uma economia forte, se o nosso país estiver em desenvolvimento, ninguém ouve o que dizem os panfletos. Mas, se a nossa economia estiver destruída e sabotada, qualquer pessoa que se levantar contra o PAIGC é ouvida de certeza. Sabemos que os problemas políticos assentam na base da economia».

Seguidamente, o Comissário Principal fez um balanço das actividades do seu Governo, ponto por ponto, começando por falar das grandes dificuldades com que se debatem as nossas recentes empresas estatais. Referindo-se à Indústria, o

camarada Chico Té abordou essencialmente a questão da gestão das fábricas já criadas e das que ainda estão em projecto: «Se conseguirmos dar boa gestão a essas unidades, temos a certeza de que, daqui a alguns anos, teremos muitos produtos que serão de produção local».

Passou depois aos problemas do Banco, explicando toda a actividade interna e externa deste organismo, a formação de pessoal e saudou os seus trabalhadores pelo lançamento da nova moeda, As Obras Públicas, a Educação Nacional, incluindo o Instituto Amizade, os Transportes, Correios e Telecomunicações, a Informação e Turismo e os Combatentes da Liberdade da Pátria também foram abordadas pelo Comissário Principal.

Entretanto, ainda no seu resumido relatório, o camarada Francisco Mendes falou de questões relacionadas com a saúde, o comércio, a justiça, a Segurança Nacional e Ordem Pública pelo bom trabalho que os seus trabalhadores têm feito, as Forças Armadas, anunciando que, no quadro da orientação do nosso Partido, o nosso Estado decidiu decretar o dia 16 de Novembro — Dia das nossas Forças Armadas — e que o nosso Governo tem em estudo a hierarquização das FARP com insígnias. O camarada Comissário Principal também não esqueceu os problemas dos Negócios Estrangeiros. Anunciamos

aos nossos leitores que publicamos no próximo número, na íntegra, o discurso do camarada Francisco Mendes.

Depois, o camarada Mário Cabral foi chamado à tribuna para ler as resoluções desta primeira sessão ordinária da Assembleia Nacional Popular, que publicamos hoje nas páginas centrais.

Entretanto, o camarada José Araújo, membro do CEL do Partido e Secretário Executivo de CEL, usou da palavra para transmitir saudações fraternais, em nome do camarada Aristides Pereira, Secretário Geral do PAIGC e Presidente da República irmã de Cabo Verde, que, por questões de trabalho, não teve possibilidade de assistir a esta reunião da ANP.

Na sua intervenção, o camarada José Araújo saudou o camarada Presidente Luiz Cabral pelo importante discurso que havia pronunciado na sessão de abertura, acrescentando: «Só um profundo amor pela nossa terra, só um profundo amor pelas coisas que afectam o nosso povo é que fez com que o Presidente Luiz Cabral dissesse aquilo que disse e isso prova, mais uma vez, que a decisão que tomamos de o eleger outra vez Presidente do Conselho de Estado é certa».

Depois, o camarada José Araújo explicou aos deputados todas as decisões tomadas pelo Partido, desde a última reunião da ANP, salientando a certa altura que

os deputados «têm que ajudar o Partido no cumprimento das suas determinações».

A seguir o camarada Juvenício Gomes, segundo vice-presidente da ANP passou a palavra à camarada Carmen Pereira, Presidente em exercício, na ausência do camarada João Bernardo Vieira (Nino), que fez uma breve intervenção de despedida.

A camarada Carmem Pereira começou por saudar os presentes, dizendo que, no momento em que esta reunião termina, toda a gente pode ver com que seriedade foi feito todo o trabalho que durou nove dias. Salientou o relatório do camarada Presidente Luiz Cabral que muito os ajudou no desenrolar das sessões de trabalho, acrescentando que Cabral dizia que «temos que ver aqueles que estão a andar mal e os que estão a andar bem». No final das suas palavras, disse que as leis aprovadas permitem ver o valor e a consciência dos nossos deputados, acentuando: «Temos esperanças nos nossos camaradas deputados, que serão os transmissores de todas as resoluções saídas desta reunião».

Depois das suas palavras, entrou no salão do III Congresso a banda de música das FARP que entoou o Hino Nacional.

Zaire

Retirada das tropas belgas

Continuação da 1.ª pág.

Lusaka, dirigiram-se já para a base de Kamina, no Zaire. Segundo um porta-voz do Foreign Office, estes aviões participarão nas operações de evacuação, já começadas.

Entretanto, a agência T.A.S.S. distribuiu uma declaração na qual desmente as notícias sobre a participação da União Soviética nos acontecimentos no Zaire. Segundo aquela agência «a União Soviética, nas suas relações internacionais, segue firmemente o princípio da não ingerência nos assuntos internos dos outros países».

AS CONSEQUÊNCIAS

Vários acontecimentos surgiram como resultado deste conflito no Shaba.

O Secretário geral do M.A.R.C. (Movimento de Acção para a Ressurreição do Congo), Kanyonga Mobateli, faleceu na sexta-feira passada em consequência de um ferimento de bala na cabeça, a 19 de Abril, anunciou-se ontem em Bruxelas

de fonte próxima do movimento.

Kanyonga, segundo as testemunhas mais próximas, ter-se-ia ferido acidentalmente com uma arma de fogo. Contudo, alguns observadores não excluem a hipótese de um suicídio.

Kanyonga, inculcado com 90 pessoas em Kinshaza, em Março último, por uma tentativa de golpe de Estado contra o presidente Mobutu, fora condenado à morte por contumacia. Residia na Bélgica há oito anos.

O MARC é um movimento de oposição ao general Mobutu.

Por outro lado, há que registar a tensão que agora reina nas relações zairo-belgas. O presidente Mobutu ordenou aos diplomatas zairotas colocados em Bruxelas, a começar pelo embaixador, que não fizessem nenhum contacto, até nova ordem, com Simonet, ministro belga dos Negócios Estrangeiros, «mesmo que isso leve à ruptura das relações diplomáticas com a Bélgica», anunciou a agência noticiosa zairota «Azap». (FP)

Vasco Cabral em Lisboa

(Cont. da 1.ª página)

Cabral declarou: «A agenda da reunião é aberta e refere-se apenas a assuntos económicos. Se alguém pretender desviar a discussão para tomar uma posição nesses assuntos diferentes da nossa, faremos uma declaração. A nossa posição é clara e não renunciamos aos nossos princípios».

Durante a permanência do camarada Vasco Cabral em Paris, haverá reuniões da comissão mista franco-guineense, no âmbito da cooperação entre os dois países.

COMISSÁRIO DA INFORMAÇÃO

Entretanto, encon-

tra-se em visita de oito dias a Portugal, desde o passado dia 17, Manuel Santos (Manecas), Comissário de Estado da Informação e Turismo. Embora se trate de uma visita privada, Manuel Santos aproveitará a sua estadia na capital portuguesa para ter encontros informais com responsáveis da Secretaria de Estado da Comunicação Social e com organismos e entidades privadas. Nomeadamente, o Comissário da Informação deverá tratar da vinda de uma equipa de jornalistas portugueses para o jornal «Nô Pintcha», em substituição dos que aqui terminaram missões de cooperação.

Inácio Semedo

(Continuação da 1.ª página)

Oriente, Inácio Semedo terá conversações com o Fundo de Abdou Dhabí «a quem tínhamos solicitado o financiamento do projecto agro-industrial de Cumuré». O director geral da Cooperação fará aos dirigentes daquele Fundo, um convite, em nome do nosso Governo, para a sua deslocação ao nosso país, onde prosseguirão as discussões já iniciadas em Fevereiro deste ano.

De regresso, o camarada Inácio Semedo contactará, em Roma, os responsáveis da firma construtora italiana MACHIVALI, que está a levar a cabo o estudo sobre um novo porto marítimo para a nossa capital».

ULTIMAS NOTICIAS

AHMED ABDALLAH NOS COMORES

MORONI — O antigo presidente comoriano Ahmed Abdallah chegou no domingo a Moroni, após um exílio de três anos em França.

A sua chegada a Moroni, o antigo presidente declarou que regressara a pedido do directório político-militar, a fim de se colocar à sua disposição.

Ahmed Abdallah proclamara unilateralmente a independência dos Comores em Julho de 1975, mas fora eliminado por um golpe de Estado de Ali Soilih em Agosto do mesmo ano. (FP)

MUGABE EM PEQUIM

DAMASCO — Robert Mugabe, co-dirigente da Frente Patriótica, deixou na sexta-feira Damasco para Pequim, no termo de uma curta visita de trabalho à Síria. No decorrer da sua estadia, Mugabe avistou-se com o presidente sírio, Hafez Al-Assad.